
CONTRA A EXPLORAÇÃO E A MARGINALIZAÇÃO: A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL DE GUARABIRA (1975-2010).

Autor: Gerson Ricardo Fernandes da Silva

Graduando em Licenciatura Plena em História-UEPB

Estagiário do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba

E-mail: ricardonegronego@hotmail.com

Co-Autora: Alzira de Cássia da Silva Rodrigues

Graduanda em Licenciatura Plena em História-UEPB

E-mail: cassia_rodrigues28@hotmail.com

Nesta comunicação trataremos de apresentar, sucintamente a inserção da Comissão Pastoral da Terra, em Guarabira/PB que surgiu no Brasil em 1975, durante o período de redemocratização brasileira. Compreendemos sua ação efetiva no campo, como uma organização importante no processo de construção da identidade dos trabalhadores (as) rurais da região como protagonistas de sua própria história, sendo assim agentes modificadores do cenário em que se encontram.

O estudo desse movimento social é voltado para a área da história local, e tende a mostrar os acontecimentos de uma forma mais apurada e direcionada para o levantamento dos episódios de determinados grupos sociais, inseridos em uma organização coletiva. Para isso é de extrema importância a interpretação das memórias, sejam elas individuais ou coletivas, pois a partir das memórias são construídas identidades, como nos diz Pollak,

Podemos, portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992:05)

Tendo em vista que já se passaram 500 anos de resistência, o processo de lutas por conquista de direitos, por parte dos trabalhadores (as) rurais no Brasil, tem sido observado efetivamente pelos Sociólogos, Antropólogos e Historiadores desde a década de 1970, no que tange a busca por elucidar, de forma mais completa, as complexas influências e condições que puderam dar condições materiais e ideológicas para a formação de movimentos sociais que lutam por reforma agrária,

visibilizando a inércia do Estado, que não se empenha na consolidação de projetos que possibilitem medidas concretas para erradicação do problema agrário no Brasil.

A Comissão Pastoral da Terra é um movimento social voltado à causa dos homens e mulheres pobres do campo brasileiro, trabalhadores esses que sempre ficaram a margem do restante da sociedade, sendo explorados e marginalizados, aos quais presta apoio e assessoria na organização em vista da defesa de seus direitos e da conquista de espaços culturais, econômicos, políticos e sociais.

Esta organização colocou-se como missão a luta pela terra, a reforma agrária, o desenvolvimento sustentável, através da pequena produção agropecuária, a luta pelos direitos, como também a efetivação dos direitos já conquistados, o desenvolvimento social local e a cidadania, tendo em vista o que se consolidou no artigo Art. 5º, Inciso XXIII do Capítulo I da Constituição Federal de 1988, sobre a função social da propriedade da terra.

Dessa forma entende-se que a luta encampada pelos participantes deste movimento social, visa principalmente transformar os latifúndios improdutivos em locais que realmente se enquadrem dentro dessa finalidade, defendendo a democratização do acesso a terra, na construção da cidadania.

Baseadas na fé cristã, suas ações foram de extrema importância na organização dos trabalhadores (as) rurais, uma vez que nosso país ainda é um grande latifúndio pertencente a poucos, uma estrutura fundiária bastante forte, sólida e cristalizada, que não possibilitam avanços significativos no processo de distribuição da terra para quem precisa nela viver, plantar e colher.

Enfocaremos de forma especial a célula de Guarabira, posto que esta não se limitou apenas a formulações de estratégias pela reforma agrária, como também avançou rumo a outras necessidades que afetavam os camponeses, ou seja, suas áreas de atuação passaram a ser também a luta por moradias, construção de capelas, escolas, eletrificação rural, postos de saúde, construção de açudes, cisternas, barragens, adutoras, construção de passagens molhadas, dessa forma gerando melhores condições de vida no campo.

Além de tudo isso que foi citado anteriormente, houve a efetivação de projetos que visavam à formação educacional dos assentados e de seus filhos, como por exemplo, escolarização de jovens e adultos, implantação de cursos técnico

agrícola/agroindústria/zootecnia, enfermagem e magistério, dessa forma criando laços e estreitando suas relações com as comunidades locais.

Suas perspectivas se reportam as reminiscências da década de 1950, com o advento das Ligas Camponesas na região. Entretanto tal sonho sucumbiu aos atos de repressão da Ditadura Militar no Brasil, pondo fim por alguns anos as práticas relacionadas com a luta por reforma agrária. Assim pode-se dizer que o Estado agiu,

Como uma organização política nacional, soberana, composta de órgãos e aparelhos ideológicos públicos e privados, dirigidos e dominados por um grupo social, que mantém e justifica sua dominação e obtém o consenso imposto a toda nação através da força bruta ou por meio da concessão limitada de direitos e liberdades fundamentais. (ALMEIDA, 1996:19)

Para que pudéssemos fazer essa reconstrução histórica, utilizamos de suportes metodológicos como a história oral, análise de iconografias e diversas fontes escritas que se encontram dispostas em arquivos na sede da CPT local, respeitando os agentes históricos do processo em discussão, como forma de resgatar elementos das experiências e dos acontecimentos sociais dos quais tais agentes estiveram envolvidos.

Através dos documentos encontrados nos arquivos, como também dos testemunhos colhidos observamos que a atuação da célula local da CPT, foi bastante relevante com relação ao acesso à terra e outras demandas existentes. Modificando de forma considerável o cenário existente nas microrregiões do Agreste Paraibano, Brejo Paraibano e Curimataú Ocidental, uma vez que essas microrregiões fazem parte de uma região onde a média atual do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,578, enquanto que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro é de 0,813.

Encontramos nos documentos arquivados na CPT local, dados referentes aos números de assentamentos, que chegaram a 57 no total, todos com suas respectivas Associações formadas e assessoradas diariamente pela equipe da CPT local. Sendo assentadas 2.955 famílias, tendo uma média de 5 pessoas por família, como também os números referentes aos hectares de terras desapropriadas, que somam 50.343 hectares, com uma média de 17 hectares por família.

Mesmo com a difícil missão de conseguir efetivar a reforma agrária no país, a CPT local logrou êxito na organização dos trabalhadores (as) rurais, realizando dessa

forma conquistas parciais, porém de extrema importância para modificação do espaço agrário paraibano. Ou seja, teve um papel significativo tanto na ocupação territorial rural do Estado da Paraíba, quanto na construção de identidades sociais dos trabalhadores rurais, implicando em mudanças culturais, econômicas, políticas e sociais, ao longo desses 35 anos de existência e atuação.

Um marco importante dessa trajetória, sem dúvida nenhuma é a realização da Romaria da Terra, que ano após ano reúne centenas de agricultores (as), que utilizam a caminhada para cobrar do Estado políticas públicas afirmativas, que possam acabar com a exploração e marginalização desse segmento da sociedade, como também buscar visibilidade e voz nessa sociedade tão desigual. Uma vez que a classe trabalhadora rural ainda sofre com os abusos praticados por latifundiários, que insistem em utilizarem sua herança do período colonial do Brasil, isto é, tentam manter as senzalas, a escravidão, o coronelismo e afins, figurando-se como as senzalas do século XXI.

É sabido que mesmo dentro desse contexto de dificuldades extremas, a CPT local, através de seus agentes pastorais, conseguiu, de certa forma, incorporar a dor dos excluídos (as), tornando-se uma luz de esperança para os que viviam em situações de risco nas microrregiões citadas anteriormente. Pois tais atores lutaram e permanecem lutando, constituindo um legado de sentimentos de pertencimento à população dessa região, que é polarizada por Guarabira, numa contribuição para a construção da história local, esta que é imbricada de relações e experiências vividas pelos indivíduos que foram protagonistas na luta pela reforma agrária sonhada e melhores condições de vida no campo.

Esse breve relato sobre a atuação da CPT, através de sua célula em Guarabira, visa buscar espaço para maiores discussões sobre essas temáticas, não apenas no meio acadêmico, mas também em outras instituições, sendo de extrema importância esses fatos para toda a história em um contexto geral, onde os mesmos são encobertos de memórias significativas e que se tornam um patrimônio imaterial.

Visando também a necessidade de preservar a memória dos movimentos sociais para que não seja apagada nem pela história oficial, nem por alguns intelectuais que consideram a história dos movimentos sociais irrelevantes.

Na pesquisa em desenvolvimento, procuraremos compreender historicamente o quadro social em que estava inserida esta célula da CPT, ou seja, compreender as

mudanças e permanências na estrutura econômica, política e social do Brasil, em particular nessas microrregiões do Estado da Paraíba, nos últimos 35 anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Fernando Barcellos de. **Teoria Geral dos Direitos Humanos**. Porto Alegre: Pena, 1996.
- COSTITUIÇÃO Federativa do Brasil-1988. **Capítulo I- Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos**.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2003.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade Social**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.200-212.

ARQUIVO PARTICULAR

DIOCESE de Guarabira. **PSI - Programa Social Integrado**. Comissão Pastoral da Terra – **CPT**